



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6363 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ  
 Ana Claudia Marochi - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ  
 Soraya Conde - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

### **CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ**

O presente resumo apresenta os dados conclusivos das atividades realizadas no Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, como pesquisadora bolsista, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, tendo como objetivo para traçar o perfil das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Ponta Grossa/PR, compreendendo em que condições materiais chegam ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, no que tange as trajetórias de trabalho, escolarização e vida destas usuárias e como se encontravam ao final da pesquisa, como método a teoria social de Marx (2017) e como instrumentos de pesquisa análise das fichas de referenciamento de um CRAS e entrevista semiestruturada com uma beneficiária.

A política de transferência direta de renda adotada no Brasil para os programas de assistência social tem fundamento histórico e calcado no repasse de uma quantia de dinheiro para que as pessoas pobres e desempregadas possam sobreviver. Um breve resgate histórico nos conduz a uma política praticada contra pessoas pobres tidas na sociedade como vagabundas e que estavam sempre em condição de vadiagem. Segundo Barr (2004 apud Cobo, 2012, p.39, aspas da autora), no Reino Unido, surge uma das primeiras leis dessa natureza chamada de Lei dos Pobres, em 1388 e que tinha como “[...] único objetivo de “colocar os pobres para trabalhar”, associando a pobreza daqueles em condições de trabalhar como preguiça e vadiagem”.

Esta visão da pobreza também é retratada por Federici (2017) ao estudar a acumulação primitiva sob a perspectiva feminina. Segundo a autora durante os Séc. XV e XVI quantitativo de pessoas expropriados de suas terras e obrigados ao trabalho assalariado foi enorme resultando em um contingente de trabalhadores/as que se negaram à condição de explorados formando uma enorme massa de “vagabundos e andarilhos”.

Somente na década de 30, com a ameaça do comunismo que espalhava-se

pela Europa e questionava a desigualdade social capitalista, as questões da transferência de renda voltaram ao debate mundial, sendo incluído de forma tímida em políticas de proteção social. No Brasil, as pautas relacionadas à proteção social foram colocadas no centro das discussões somente em 1988 com a promulgação da Constituição Federal Brasileira – CFB, passando as questões de pobreza tratadas como um problema de Estado e da sociedade.

A partir deste marco histórico, a elaboração de programas para atender à população pobre e em extrema pobreza e nos anos anteriores a 2003, foram realizadas de forma isolada com objetivo de controlar/minimizar a pobreza no Brasil, contudo sem eliminar suas forças de produção estruturais na base do sistema. Apareceram: Bolsa Estudante, Vale Gás, Fome Zero, entre outros. Em 2003, o governo do Presidente Luiz Ignácio Lula da Silva agrupou em um único programa todos os anteriores e criou o PBF.

O PBF se apresenta como uma particularidade dentro de uma totalidade estabelecida por muitos nexos dialéticos e contraditórios. Nesse sentido, para compreender o contexto em que as beneficiárias do PBF foram inseridas no programa, é preciso compreender o *lócus* de pesquisa, no caso, a cidade de Ponta Grossa/PR que possui uma população estimada de 348 mil habitantes, onde 97% vivem na cidade, predominantemente declarada branca composta em 51% por mulheres.

Em relação à economia, a cidade tem como principais atividades desenvolvidas no setor secundário e terciário, encontramos, portanto, o que Florestam Fernandes denomina de *superexploração* dos trabalhadores (FERNANDES, 1987), ou seja, uma população de trabalhadores com menos escolarização e com salários menores e mais facilmente dispensados nos momentos de crise do capital. Reforçando esta afirmação a cidade apresenta uma grande população em idade ativa 263 mil, sendo que deste total, as mulheres somam mais de 136 mil, invertendo a situação quando falamos da população economicamente ativa onde os homens são a maioria. Segundo Saffioti (2013), o sexo é elemento historicamente determinante na inferiorização da mulher na sociedade contribui para determinação das classes sociais. Além disso, impedidas historicamente do trabalho realizado fora de casa foram, por consequência impossibilitadas do acesso ao assalariamento, uma vez que o trabalho na esfera da reprodução doméstica, com o avanço da forma industrial capitalista, tornou-se desvalorizado e não remunerado. Desse fato histórico, nasce a luta feminista pela remuneração do trabalho doméstico privado e pelo acesso à renda (FEDERICI, 2017).

Em relação a condição de pobres e extremamente pobres, o Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil apresenta para a cidade os seguintes percentuais: os pobres nos anos 2000 eram 16,46% e passaram, em 2010, a um percentual de 6,72. Já os em extrema pobreza que eram 4,58% em 2000, diminuiu para 1,63% em 2010.

Em relação à escolarização, os pontagrossenses em 10 anos da pesquisa, mostraram um pequeno decréscimo em relação ao percentual da população entre 6 e 17 anos que estavam cursando o ensino médio básico regular com até dois anos de defasagem idade-série, sendo a maior desigualdade apresentado na população negra ou parda o que se expressa no acesso a trabalhos com piores condições e salários mais baixos, abandonam com maior frequência à escola e tem

mais dificuldades de permanência com êxito. O que demonstra que a classe trabalhadora não é explorada de forma igual e não tem as mesmas condições na venda da força de trabalho. Como nos lembra Cisne (2014, p. 270) “[...] a classe não é uma massa homogênea, mas tem “raça”/etnia e sexo”.

Além do fator raça/etnia, as relações de trabalho, no processo de venda da força de trabalho nesta sociedade, regida pelo capital e reforçada pelo patriarcado, estabelecem com as mulheres uma relação muito mais explorada, o que é percebido pelo fato de as mulheres serem a maioria no PBF. Apesar do programa ter como indicativo que a Referência Familiar – RF -, a predominância do público feminino diz muito da condição socioeconômica da mulher responsáveis pelo sustento familiar. Elas representam a maioria em condição de pobreza e extrema pobreza: 1,73% contra 1,53% para os homens em condição de extrema pobreza e 7,05% contra 6,37% em condição de pobreza.

A compilação dos dados colocou uma lente de aumento sobre a condição das mulheres na sociedade capitalista e que são excluídas dos espaços produtivos/públicos e confinadas ao espaço privado desde as origens do sistema capitalista. O CRAS pesquisado atende atualmente 3759 famílias e destas 872 recebem o BF, sendo que 837 tem como RF uma mulher. Salientamos que analisamos somente as fichas onde a RF era a mulher.

Segundo dados das fichas analisadas, a grande maioria das mulheres, cerca de 85% procuraram o CRAS de forma espontânea, 30% delas, tem idade entre 21 a 30 anos, 37% entre 31 a 40 anos e 21% entre 41 e 50 anos. Estes percentuais demonstram que a parcela que mais precisa do BF é justamente a parcela feminina em idade ativa, ou seja, mulheres em idade considerada produtiva mas fora do mercado de trabalho, o que evidencia que a questão das mulheres e sua inserção no trabalho tem importância secundária dentro das políticas de emprego formal, cabendo a elas o papel de cuidadora e de gestora do recurso recebido pelo Programa ou pelo subemprego. A maior parte delas (61%) declarou não trabalhar ou trabalhar em serviços informais como “bico”, “reciclagem” e “diarista”. Outras declararam ainda somente “dona de casa”.

Em relação à escolarização, os dados demonstraram do PBF que as mulheres beneficiárias possuem nível escolar baixo, a grande maioria não concluiu o Ensino Fundamental, sendo que somente 8,7% delas concluiu o Ensino Médio. Um dado que não aparece nas fichas de referenciamento é a raça/etnia o que não nos permite fazer um levantamento se a população que mais recebe o BF é a negra ou parda, entrevistas exploratórias da pesquisa nos leva a crer que sim, a população beneficiária do PBF tem raça, cor e sexo: é feminina e negra. Ocultar esse dado faz parte dos interesses da supremacia branca capitalista brasileira.

Quanto à condição socioeconômica a situação é a seguinte: a maior parcela das famílias tem renda per capita inferior a R\$ 170,00 e cerca da metade (48% a 51%) declarou que tem residência própria, de alvenaria, com água encanada, energia elétrica, banheiro interno e coleta do esgoto. Em algumas das fichas de referenciamento, há relatos das visitas aos domicílios onde podemos perceber a precariedade e a dificuldade dos moradores, não exibidas pelos dados gerais das fichas de cadastramento dos CRAS.

O relato de uma entrevistada fornece um contraponto da realidade atual no que tange às trajetórias de trabalho, escolarização e vida destas beneficiárias. Suas palavras vão ao encontro da condição das mulheres na sociedade capitalista

submetidas as conexões entre classe e gênero: as mulheres beneficiárias do BF são trabalhadoras, mães, negras, sozinhas, violentadas por seus companheiros e que encontraram estratégias de vida para a superação das dificuldades cotidianas como forma de sobrevivência. Uma das estratégias fundamentais para conseguirem se libertar do contexto violento, diz respeito ao acesso à renda, sendo por meio de emprego e do PBF.

A narrativa da nossa entrevistada, que chamaremos de Ana, será apresentada de forma direta e na íntegra pois entendemos a importância de dar voz as sujeitas da pesquisa. Nossa entrevistada tem 38 anos, é mãe de cinco filhos e vive com os quatro menores. Está um relacionamento há cinco anos e, no momento da entrevista, nos relatou que o companheiro estava preso. Em seu depoimento atribuí a prisão do marido por um roubo realizado para suprir as necessidades da família.

**ANA. Entrevista I** [set. 2019]. Sou casada né? Sou casada, mas agora meu esposo tá cumprindo um (pausa) mandado judicial né? Ele tem mais 3 anos ainda pra ficar preso né? Já faz 5 anos já que ele está preso, agora ele tem mais 3 anos. Então é porque é assim ó mas a necessidade familiar sabe. Nós passamos assim uma dificuldade muito grande né? Por falta de emprego, por falta de estudo, porque eu não tenho estudo né.

O relato inicial de Ana já coloca um ponto importante nas escolhas feita pelas mulheres: a família é um dos elementos constituidores da formação humana. “As experiências que temos das relações familiares são singulares, íntimas e fundamentais para percepção de quem somos, isto é, para as nossas identidades” (BIROLI, 2014, p.7).

Para Ana, a família foi o ponto decisivo na vida e para sua trajetória articulando passado, presente e futuro. A partir de como a mãe a julgou pelos seus atos e ela fez a escolha em ser mãe e abrir mão de estudar, como alega:

**ANA. Entrevista I** [set. 2019]. Porque minha mãe Deus o livre, quando eu larguei do pai do meu filho começou ai, do pai do Henrique sabe? Que eu era vergonha pra família, mãe solteira, sabe? Tinha nojo de você, dai eu larguei do pai do Henrique, minha mãe gostava muito dele sabe?

Na condição de subordinação ao modelo da família monogâmica tradicional (pai, mãe e filhos) e sob o domínio do patriarcado, nossa entrevistada relata uma forma de subordinação muito presente nas relações vividas pelas mulheres pobres no Brasil: a dependência financeira e afetiva. Para Rego e Pinzani (2014, p.200), “Deve-se ressaltar que as possibilidades morais de libertação da opressão conjugal ainda são muito raras nas regiões pobres e atrasadas do Brasil, em razão dos rígidos controles familiares que atuam sobre as mulheres”.

Em estudos realizados por Abramo e Valenzuela (2016), as latinoamericanas empregadas despendem 37,8 horas semanais no trabalho remunerado, enquanto os homens latinos, 45,5 horas. A diferença entre as horas trabalhadas em trabalho

remunerado entre mulheres e homens da América Latina é de 7,5 horas a mais para eles, demonstrando que: “As jornadas das mulheres no mercado de trabalho são mais curtas devido principalmente às restrições de tempo impostas pelas responsabilidades familiares por elas assumidas” (ABRAMO; VENENZUELA, 2016, p. 118).

Estes dados e as afirmações dos pesquisadores nos remetem à fala de Ana e da condição imposta às mulheres desde muito cedo: responsáveis pela manutenção da família e pela realização dos trabalhos domésticos, ou seja, enquanto para os homens cabe a realização do trabalho produtivo, a elas cabe o reprodutivo.

Para nossa entrevistada essa condição se apresentou desde muito cedo. Já aos 7 anos era a responsável pelos cuidados dos irmãos: “É. No caso eu com 7 anos de idade eu já era dona do lar né? Tinha que cuidar dos meus dois irmãos, lava roupa, limpar a casa, fazer comida, arrasta o meu pai bêbado do bar. Entendeu? Com medo que alguém machucasse ele” (ANA, **Entrevista I**. set. 2019).

A condição de Ana demonstra a realidade de muitas das mulheres pobres e que estão inseridas no PBF. O cuidado com os familiares, os afazeres domésticos, a gravidez precoce, levam estas sujeitas a fazer escolhas. E no caso de Ana a escolha foi a família, deixando para trás a escola e o trabalho. Por não terem formação e por terem que se dedicar aos filhos, são obrigadas a aceitarem empregos precarizados, sem o mínimo de garantias e em tempo parcial.

A condição de pobreza e rejeição familiar colocou a nossa entrevistada em situações de violência. A aceitação da violência era a única alternativa de sobrevivência.

Segundo a estudiosa Saffioti (2015), somado ao patriarcado e ao capitalismo, o sexo acentua as relações de poder e de violência. A realidade só vem reforçar estes estudos. Ana ao relatar a violência sexual sofrida enquanto trabalhava como prostituta por necessidade de sobrevivência coloca os holofotes sobre a realidade das mulheres que precisam usar o sexo como forma de sobrevivência: “Eu fui violentada por 10 homens e sai de lá sem dinheiro” (ANA, **Entrevista I**. set. 2019).

Em outra passagem de sua vida, Ana conta do tempo de convivência com um companheiro violento e dominador e da coragem de fugir para proteger os filhos, em especial a filha adolescente do homem abusador, mas que culminou em outro relacionamento abusivo:

**ANA. Entrevista I** [set. 2019]. Dai conheci o pai do Isaque, também um outro desgraçado que não valia nada que foi o homem que acabou literalmente com todos os meus sonhos né? De um dia ser feliz em um relacionamento, mas né?

Para a grande maioria das mulheres que recebem o BF e tem seus nomes nos cartões deste programa, a inclusão no programa representa certa autonomia familiar e uma possibilidade de fugir de situações como a de Ana. Ainda que o recurso seja insuficiente para todas as necessidades, com ele as beneficiárias dizem

poder fazer escolhas de compras e garantir minimamente, as condições para não morrerem de fome, e superarem a pobreza extrema.

Para a nossa entrevistada o dinheiro do BF é muito importante, pois ajuda nas despesas da casa, mas não é suficiente. Tendo quatro filhos para sustentar sozinha, precisa pensar em outras estratégias para dar conta das despesas mensais. No entanto, reconhece que sem este pouco, tudo ficaria muito mais difícil.

**ANA. Entrevista I** [set. 2019]. Olha, o bolsa família ele ajuda bastante, ele ajuda, como eu te falei né? Através daí que eu pagava a minha água e o meu gás todo mês né? Que eu já, já é um dinheirinho reservado.

Ao serem inseridas no PBF como gestoras do dinheiro, as beneficiárias passam por um movimento que sai da não escolha para decisões cotidianas, que vão desde a de um determinado tipo de alimento até escolhas de morais. Para os pesquisadores Rego e Pinzani, a inserção desta população em pobreza ou extrema pobreza nos programas de transferência de renda direta, como o BF, tem contribuído para que as mulheres saiam de um ciclo vicioso da violência e do machismo.

A libertação da “ditadura da miséria” e do controle masculino familiar amplo sobre seus destinos permite às mulheres um mínimo de programação da própria vida e, nesta medida, possibilita-lhes o começo da autonomização de sua vida moral. O último elemento é fundante da cidadania, se esta for compreendida como condição indispensável de autonomia política dos sujeitos (REGO; PINZANI, 2014, p.203, aspas dos autores).

Complementando o pensamento das autoras e diante do pesquisado até o momento, percebemos que as ações planejadas para o BF têm sua efetividade, principalmente no que tange à melhoria imediata da vida das famílias e, em especial, das mulheres. Sendo elas as gestoras do dinheiro repassado, podem, ainda que de forma muito pequena, decidir sobre o destino do dinheiro nos gastos familiares. No entanto, há ainda grande fragilidade em relação à implementação do Programa, controle e coleta de dados relativos às condições materiais objetivas e subjetivas das/os sujeitas/os beneficiárias/os do BF, demandando não só mais pessoas para o trabalho nos CRAS, mas também uma gerência efetiva e padronização dos formulários e dos dados coletados. Além disso, é necessário destacar que o recurso, em relação aos Programas sociais de países centrais é ineficiente para retirar as mulheres da pobreza. Assim, atua de forma paliativa contra a pobreza extrema. Como se isso não bastasse, a manutenção estrutural das origens da desigualdade social (propriedade privada, exploração do trabalho, relação Estado-Capital-trabalho) acabam por manter a produção constante da miséria, do desemprego, do subemprego a que estão submetidas e, como isso, mais e outras mulheres tornam-se dependentes de Programas e governos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho e Educação, Escolarização, Mulheres e Trajetórias de Vida, Programa Bolsa Família.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. E. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, A. R. de P. et. Al. (orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ÁVILA, M. B. de M. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc, 2013.

BARR, N. The economics of the Welfare State. In: COBO, B. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

BIROLI, F. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: 2 set. 2019.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Mulheres no trabalho: tendências 2016. Genebra, 2016. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/--publ/documents/publication/wcms\\_457096.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/--publ/documents/publication/wcms_457096.pdf) Vários acessos.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=19&btOk=ok> Acesso em 25 set. 2019.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico do Município de Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000&btOk=ok> Acesso em 25 set. 2019.

REGO, W. L; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

